



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2026
(Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança e outros)

Requer a aprovação de Moção de Repúdio ao apoio do Governo Federal à candidatura da Sra. Michelle Bachelet ao cargo de Secretária-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a aprovação, no âmbito desta Comissão, de Moção de Repúdio ao apoio manifestado pelo Governo Federal à candidatura da Sra. Michelle Bachelet ao cargo de Secretária-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

JUSTIFICATIVA

A atuação da Sra. Michelle Bachelet Jeria à frente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2018–2022) foi objeto de críticas consistentes por parte de especialistas, organizações internacionais e representantes políticos, especialmente no que se refere à condução de situações envolvendo graves violações de direitos humanos. Em episódios amplamente documentados em países como Venezuela, China, Cuba e Nicarágua, apontou-se insuficiência na resposta, demora na adoção de posicionamentos mais firmes e, em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

determinados casos, percepção de seletividade na aplicação dos princípios universais consagrados no sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

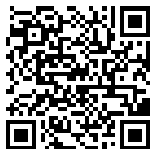
Enquanto presidente do Chile, o mandato de Bachelet ficou marcado por episódios que atingiram em cheio o discurso de probidade e transparência. O caso Caval¹ expôs o envolvimento direto de seu núcleo familiar em uma operação milionária cercada de suspeitas, com financiamento aprovado logo após sua vitória eleitoral. Sebastián Dávalos, filho da presidente, e sua esposa obtiveram um crédito milionário (mais de US\$ 10 milhões) do Banco de Chile para comprar terrenos em Machalí por meio da empresa Caval. O timing foi devastador: o crédito foi aprovado apenas um dia após a vitória eleitoral de Bachelet em 2013. Compagnon acabou condenada por crimes tributários em 2018, por declarações falsas que geraram prejuízo fiscal.

O caso da OAS também lançou sombras sobre sua própria campanha presidencial, com a revelação de indícios de repasses vinculados à empreiteira brasileira em meio ao escândalo da Lava Jato². Foi revelado um aporte de cerca de 100 milhões de pesos à campanha presidencial de Bachelet em 2013, canalizado por meio de um contrato com a empresa de Giorgio Martelli, publicitário ligado à Nueva Mayoría.

Juntos, esses episódios mostram que, por trás da retórica moralista, o poder continuava vulnerável às mesmas práticas promíscuas entre interesses privados e influência política. É evidente, portanto, que a ex-presidente do Chile não possui firmeza, imparcialidade e coerência, competências exigidas para o exercício da mais alta função executiva no âmbito das Nações Unidas.

1<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/03/11/governo-confirma-apoio-a-candidatura-da-michelle-bachelet-como-secretaria-geral-da-onu.ghtml>

2<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/bachelet-e-atingida-por-escandalo-de-corrupcao-envolvendo-filho.html>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

A chefia da Organização das Nações Unidas demanda não apenas experiência diplomática, mas também autoridade moral inequívoca, independência funcional rigorosa e compromisso efetivo com a aplicação universal — e não seletiva — dos tratados internacionais. Nesse sentido, o histórico recente da candidata, marcado por críticas quanto à condução de temas sensíveis envolvendo grandes atores geopolíticos, coloca em xeque sua capacidade de exercer o cargo com a assertividade e a neutralidade ativa que o contexto internacional atual exige, especialmente em um cenário de crescente erosão da democracia e de reiteradas violações de direitos fundamentais em diversas regiões do mundo.

Ademais, o apoio manifestado pelo Governo Federal à referida candidatura³ é mais uma prova de que a nossa política externa tem sido conduzida por orientação ideológica e afinidades pessoais em detrimento de uma avaliação estritamente técnica e representativa dos interesses do Estado brasileiro. Esta posição assumida pelo Poder Executivo acaba por comprometer a tradição diplomática de equilíbrio e busca por consensos que historicamente caracterizou o Itamaraty, o que justifica a presente manifestação de repúdio por parte desta Comissão.

Ante o exposto, pedimos apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta Moção de Repúdio.

Sala da Comissão, em de março de 2026.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP

³ <https://veja.abril.com.br/politica/os-tentaculos-do-petrolao-no-chile/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento

Deputado(s)

- 1 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PL/SP)
- 2 Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)

Apresentação: 23/03/2026 10:28:32.840 - CREDN

REQ n.29/2026

